Arthur do Val e a "pegadinha" na Avenida Paulista



Introdução



O caso de Arthur do Val aconteceu a partir de uma "pegadinha" realizada na Avenida Paulista, em que pessoas foram entrevistadas e gravadas. Depois, as falas foram editadas e apresentadas de forma diferente do contexto original, expondo os entrevistados.
O caso chegou ao STF, que manteve a condenação de Arthur do Val por danos morais.

A partir disso, surge a questão: o consentimento para participar de uma entrevista permite qualquer tipo de edição e exposição posterior?

Contextualização

Linha do tempo

05/2021
Gravação

Arthur do Val realiza as entrevistas durante a manifestação do Dia do Trabalho na Avenida Paulista.

05/2021
Publicação

O vídeo "Questionei o Gado – Parte I" é publicado no YouTube.

2021
Ação judicial

Mauricio Vaz Zanin e Fabiana Cavalcanti de Sobral entram com ação contra Arthur do Val por danos morais.

12/2021
Condenação

A 41ª Vara Cível de São Paulo condena Arthur do Val a pagar R$60 mil por danos morais.

2022
Recurso ao TJ-SP

Arthur recorre da sentença por meio de apelação.

09/2022
TJ-SP

A 4ª Câmara de Direito Privado mantém a condenação por danos morais.

05/2024
Recurso no STF

O ARE 1.494.121 é protocolado no Supremo, sob relatoria da ministra Cármen Lúcia.

08/2024
STF

A Primeira Turma mantém a decisão e a condenação de Arthur do Val.



Fato, Opinião e Enquadramento

Fato:

- Gravação de entrevistas na Avenida Paulista;
- Manifestação no Dia do Trabalho;
- Edição e publicação do vídeo;
- Processo Judicial.

Opinião:

- O uso do termo "gado", por Arthur do Val;
- As referências aos entrevistados como "ignorantes" expressam julgamentos pessoais.

Enquadramento: A edição do vídeo selecionou perguntas, respostas e expressões que direcionaram a interpretação do público sobre os entrevistados.

Questão ética: Mesmo com falas verdadeiras, a seleção e a contextualização dos trechos podem produzir uma narrativa diferente daquela percebida a partir do conteúdo completo.



Diretos em conflito



Direitos de Arthur do Val

- Liberdade de expressão: produzir conteúdo, fazer críticas e promover debates.
- Evento público: entrevistas realizadas durante manifestação na Avenida Paulista.
- Consentimento: entrevistados aceitaram responder às perguntas.
- Edição: cortes e seleção de trechos como parte da liberdade criativa.
- Falas: defesa de que o conteúdo não foi inventado ou alterado.

Direitos de Mauricio e Fabiana

- Direitos de personalidade: proteção da imagem, honra e dignidade.
- Limites do consentimento: participar da entrevista não autoriza qualquer uso do material.
- Edição: cortes e palavras pejorativas poderiam alterar a percepção sobre os entrevistados.
- Exposição: apresentação poderia gerar deboche e constrangimento.
- Direito à imagem: possível violação na edição e divulgação.

Fundamentação



Liberdade de expressão e comunicação

A Constituição protege a livre manifestação de opiniões, ideias e informações:

- **Art. 5º, IV:** garante a livre manifestação do pensamento, vedado o anonimato.
- **Art. 5º, IX:** assegura a liberdade de expressão intelectual, artística, científica e de comunicação.
- **Art. 220:** garante a liberdade de expressão e informação e veda censura política, ideológica e artística.

Direito à imagem, honra e personalidade

A liberdade de expressão possui limites na proteção dos direitos individuais:

- **Art. 5º, X – CF:** protege intimidade, vida privada, honra e imagem, garantindo indenização em caso de violação.
- **Art. 20 – CC:** permite impedir o uso da imagem ou palavra quando houver prejuízo à honra, boa fama ou respeitabilidade.

Consentimento e responsabilização

Participar de uma entrevista não significa autorizar qualquer forma de edição ou exposição.

- **Art. 186 – CC:** considera ilícita a conduta que viola direito e causa dano.
- **Art. 187 – CC:** caracteriza abuso no exercício de um direito além de seus limites.
- **Art. 927 – CC:** estabelece o dever de reparar o dano causado por ato ilícito.

Teste da Proporcionalidade

Adequação: a produção do conteúdo estava relacionada ao exercício da liberdade de expressão e à crítica política, mas deveria respeitar os direitos à honra, à imagem e à dignidade dos entrevistados.

Necessidade: a finalidade de crítica poderia ser alcançada por meios menos prejudiciais, como preservar o contexto das respostas e evitar cortes que colocassem os participantes em situação de ridicularização.

Proporcionalidade: era necessário equilibrar a liberdade de expressão e comunicação com os direitos da personalidade dos entrevistados, considerando que, no caso concreto, a forma de edição e apresentação do conteúdo ultrapassou esses limites.



Avaliação Ética

Juridicamente permitido, mas eticamente questionável:

- Gravação voluntária + edição que gerou ridicularização

Danos previsíveis:

- Honra, imagem e reputação
- Exposição e ridicularização

Quem se beneficiou?

- Arthur do Val e seu canal

Quem assumiu os riscos?

- Arthur do Val, pela publicação do conteúdo

Quem foi prejudicado?

- Mauricio Vaz Zanin e Fabiana Cavalcanti de Sobral



Proposta Profissional -

Publicidade e Propaganda



Com base nos princípios do CONAR, busca-se garantir uma comunicação mais ética, responsável e transparente:

Briefing criativo com critérios éticos

- *Definir limites para humor, crítica, edição e exposição de pessoas reais;*
- *Evitar humilhação, descontextualização e interpretações enganosas;*
- *Alinhar roteiro, direção e edição aos critérios éticos.*

Teste de recepção

- *Avaliar o conteúdo com pessoas externas à produção;*
- *Identificar possíveis interpretações depreciativas ou diferentes da intenção original;*
- *Revisar a peça antes da publicação, se necessário.*

Reformulação da "pegadinha"

- *Usar personagens fictícios, animações ou dramatizações;*
- *Priorizar a situação e a mensagem, reduzindo a exposição de pessoas reais como recurso de engajamento.*

Proposta Profissional -

Relações Públicas

A partir do ***Código de Ética dos Profissionais de Relações Públicas****, CONRERP, Art. 2º, alíneas "d" e "e", e com o objetivo mitigar os impactos da crise e estabelecer práticas de comunicação mais éticas, transparentes e responsáveis:*

Protocolo de uso de imagem

- *Autorização documentada dos participantes;*
- *Informar finalidade, forma de utilização e canais de divulgação;*

Procedimento de verificação

- *Identificação de possíveis manipulações ou distorções na edição;*
- *Avaliação ética e, quando necessário, jurídica.*

Retratação pública

- *Publicação de declaração oficial nos canais de comunicação;*
- *Revisão e correção do conteúdo em questão;*



Conclusão



A partir da análise do caso de Arthur do Val, conclui-se que a comunicação foi parcialmente adequada. A entrevista e o conteúdo crítico e humorístico estavam ligados à liberdade de expressão, mas a edição e apresentação expuseram os entrevistados à ridicularização, afetando sua honra e imagem.

O caso demonstra que o consentimento para a gravação não autoriza qualquer forma de edição ou exposição posterior. Assim, a liberdade de expressão deve considerar a finalidade, o contexto e os possíveis impactos sobre os envolvidos. Para a comunicação, o caso reforça a importância de equilibrar criatividade e liberdade de expressão com responsabilidade ética, especialmente quando há exposição de terceiros.

Referências Bibliográficas



- ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE PROPAGANDA (APP). Código de ética dos profissionais de propaganda
- STF. Recurso Extraordinário com Agravo 1.494.121/SP. 2024.
- STF. Condenação de Arthur do Val por "pegadinha" na Paulista. 2024.
- CNN Brasil. STF mantém multa a Arthur do Val por "pegadinha". 2024.
- CONJUR. STF mantém condenação de Arthur do Val por pegadinha. 2024.
- CONFERP. Código de Ética dos Profissionais de Relações Públicas. 2001.
- Jovem Pan. TJSP mantém condenação de Arthur do Val. 2022.
- JusBrasil. Arts. 186, 187 e 927 do Código Civil.
- JusBrasil. Art. 5º, IV, da Constituição Federal.
- MARTINS, Luísa. STF mantém multa a Arthur do Val. CNN Brasil, 2024.
- NOVO, Benigno. A proteção do direito à imagem. JusBrasil, 2023.
- O Globo. Arthur do Val terá de pagar R$ 60 mil. 2024.
- SBT News. STF determina pagamento de R$ 60 mil. 2024.
- TJDFT. Direito de imagem: uso indevido gera indenização. 2020.
- UOL. GENTILE, Rogério. Mamãe Falei é condenado por chamar manifestante de "gado". 2021.

Obrigado pela atenção!

Relações públicas - 6º semestre

Bianca Castro -241178

Evellyn Araujo - 241454

Gabriella Souza - 241453

Jamilly Aguiar - 241118

Jamilly Cedro - 241486

Juliana Eleuterio - 241440

Letícia Alves - 241329

Victor Féria - 241366

Publicidade e propaganda - 7º semestre

Gabryella Bianchi - 232041

